

INTERVIR OU NÃO INTERVIR: A “DIPLOMACIA SILENCIOSA” E A POLÍTICA EXTERNA SUL-AFRICANA EM RELAÇÃO AO ZIMBÁBUE¹

Renato Matheus Mendes Fakhoury²

Resumo: O presente artigo visa compreender os mecanismos de política externa adotados pela África do Sul durante a crise do Zimbábue. Para tanto, serão consideradas as relações sul-africanas para com os países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), em específico suas interações com o Zimbábue, adotando a perspectiva teórica da estabilidade hegemônica. Neste contexto, a efetividade da “diplomacia silenciosa” utilizada pelo governo sul-africano enquanto mecanismo de política externa em relação ao Zimbábue, caracterizada principalmente pela escolha de não criticar o presidente zimbabuano em público, preferindo fazê-lo em contatos diretos, será analisada.

Palavras-Chave: África do Sul. Zimbábue. Diplomacia Silenciosa.

Abstract: This article aims to understand the foreign policy mechanisms adopted by South Africa during the Zimbábue crisis. To this end, there will be considered the South African relations with the countries of the Southern African Development Community (SADC), specifically their interactions with Zimbábue, adopting the theoretical perspective of hegemonic stability. In this context, the effectiveness of the "quiet diplomacy" used by the South African government as a foreign policy mechanism vis-à-vis Zimbábue, characterized by the choice not to criticize the Zimbabwean president in public, preferring to do so in direct contacts, will be analyzed.

Keywords: South Africa. Zimbábue. Quiet Diplomacy.

INTRODUÇÃO: AS RELAÇÕES SUL-AFRICANAS SOB A TEORIA DA ESTABILIDADE HEGEMÔNICA

Nas décadas que sucederam a Guerra Fria, constatou-se que o sistema internacional havia se modificado, de um sistema bipolar com ideologias contrastantes (Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) para uma ordem unilateral, liderada pelos Estados Unidos, mas marcada pela presença de diversas potências regionais (PRYS, 2010). Tal constatação levou à uma busca pela condição de potência média/regional, a nível dos continentes, nos quais levantou-se a liderança de países como o Japão, Brasil, Austrália, Arábia Saudita e China como países emergentes, capazes de promover estabilidade e desenvolvimento em suas proximidades. Entretanto, enquanto neste período houve uma grande produção acadêmica voltada ao estudo das potências médias em continentes como a Europa, a Ásia e a América, poucos acadêmicos voltaram seus estudos ao continente africano (OGUNNUBI; AKINOLA,

¹ Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão da disciplina de “Tópicos de História”, ministrada pela Prof. Dra. Rosângela Vieira no segundo semestre de 2017.

² Discente do terceiro ano de graduação em Relações Internacionais pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Câmpus de Marília – SP, e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Conflitos Internacionais (GEPICI).

2017), e os que o fizeram não procuraram a inserção africana em teorias que não fossem ontologias neorrealistas e epistemologias objetivistas (TAYLOR, 2000).

Além disso, a própria terminologia de “potência regional” culmina debate entre teóricos e pesquisadores, uma vez que a sua utilização em diferentes contextos causou divergências quanto à sua conceituação exata. Osterud (1992), em sua obra “*Regional Great Powers*” enumera que, para ser considerada uma potência regional, uma nação deveria ser geograficamente parte de uma delimitada região; capaz de enfrentar qualquer coalizão de Estados da região, ser altamente influente em assuntos regionais e, ao contrário de uma potência média, poderia ser concomitantemente uma superpotência.

Embora a teoria da estabilidade hegemônica seja mais frequentemente aplicada em nível global, sua aplicabilidade às potências regionais não pode ser ignorada. Primariamente formulada por Charles Kindleberger (1973) para descrever os ciclos de influência dos Estados Unidos, a teoria advoga que “uma vez que os estados são egoístas racionais que procuram maximizar seus próprios interesses e bem-estar definidos em termos materiais, existe a necessidade de um único líder para a provisão do bem público da estabilidade internacional”³ (OGUNNUBI, 2013, p. 77. Tradução nossa). Dessa maneira, a estabilidade internacional (e, neste caso, regional) seria dependente da existência e ação de um Estado preponderante, capaz de articular e reforçar regras de integração entre os demais – ou seja, de exercer regionalmente sua posição de hegemonia, caracterizada pela capacidade e poder de influenciar as regras, valores e normas do sistema internacional baseado em sua própria motivação e interesse (YILMAZ, 2010, p. 195).

A África do Sul tem investido fortemente na promoção de uma “Agenda Africana”, através do suporte da paz intercontinental, segurança e projetos de desenvolvimento (OGUNNUBI; AKINOLA, 2017), além de ser vista como um dos pilares fundamentais da União Africana e ter empresas multinacionais que movimentam grande parte da economia do continente africano. Tal cenário é resultado de medidas aplicadas desde 1994, quando o país sofreu processo de democratização. Desde então, a África do Sul tem se tornado uma das principais economias africanas, responsável por 25% do mercado econômico e segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do continente, atrás apenas da Nigéria (ALDEN; SCHOEMAN, 2015). Além disso, o ingresso do país em importantes instituições internacionais, como os BRICS, o G20 e IBSA fizeram com que a África do Sul seja frequentemente vista como o maior expoente africano no cenário internacional.

A participação da África do Sul em missões de paz no continente africano também eleva o seu *status* de potência regional. O país iniciou sua inserção internacional no tocante à prática de *peacekeeping* com o envio de cerca de US\$ 3.2 milhões para a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1996, que deveriam ser utilizados em projetos no continente africano. Em 1998, o país enviou tropas para o Lesoto, em uma intervenção comandada pela Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Em 1999, contribuiu ativamente com tropas para a MONUC – A Missão das Nações Unidas no Congo, posteriormente rebatizada para Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo, e em 2004 se engajou em sua maior operação, quando suas tropas intervieram no Burundi como parte da força da União Africana que mais tarde integraria a Operação das Nações Unidas no Burundi (ONUB). Desde então, a África do Sul tem contribuído anualmente com tropas para as Nações Unidas, variando de 1.500 a 2.500 soldados. Isto demonstra que o país, através do envio regular de tropas, se insere internacionalmente como uma força pacificadora em conflitos no continente africano.

Dessa maneira, as relações mantidas pela África do Sul em relação ao restante do continente africano, especialmente a África Austral, demonstram que o país exerce importante influência em seu

³ Do inglês: “Since states are rational egoists seeking to maximize their own interests and welfare defined in material terms, there is the necessity of a single leader for the provision of the public good of international stability.”

entorno estratégico. Embora a competição com a Nigéria dificulte que o país se torne o poder hegemônico do continente, a participação internacional da África do Sul, explicitada através dos BRICS e do G20, assim como pelo envio de tropas para missões de paz, acaba por fazer que o país se torne o principal expoente do continente africano no cenário internacional.

1. A ÁFRICA DO SUL E A SADC

Durante o período de Apartheid, a África do Sul utilizou-se de uma política de desestabilização dos países à sua volta, com receio de que estes se organizassem contra ela e o seu regime político-social. Tais ações se intensificaram com o passar dos anos, e contaram, inclusive, com o bombardeio de posições ao sul da Angola pela Força de Defesa Sul-Africana. Quando, em 1990, o presidente sul-africano R. W. de Klerk cede às pressões internacionais e encerra as medidas segregacionistas, a África do Sul passa a adotar medidas de integração regional, como, por exemplo, negociações com o Congresso Nacional Africano⁴, e, finalmente, integrar a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (KHADIGALA, 1994).

A criação da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral remonta da União da África do Sul, uma iniciativa do Reino Unido para manter juntas quatro colônias britânicas em 1910. No mesmo ano, foi também criada a União dos Costumes Sul-Africanos⁵ (SACU), incluindo, além da África do Sul, os atuais Lesoto, Botswana e Swaziland. Enquanto que a incorporação de políticas raciais na África do Sul impedia que estas quatro colônias se fundissem em um único Estado nacional, a África do Sul controlou de fato a ex-colônia alemã do Sudoeste Africano⁶ – atual Namíbia, por 75 anos, até sua emancipação em 1990, quando esta também se juntou à SACU. Com o fim do período de Apartheid, em 1994 a África do Sul se junta à Comunidade de Desenvolvimento da África Austral – instituição regional que havia sido criada em 1992 em decorrência da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral⁷ (SADCC). Esta última existia desde 1980, como uma tentativa dos países recém-independentes para ampliarem suas possibilidades de cooperação sem terem de lidar com uma África do Sul segregacionista (SCHOEMAN, 2001).

O início das relações entre a África do Sul e a SADC não foi fácil. Além de representar a maior economia do grupo, o país tinha também o maior número de populações minoritárias, atraídas ou pelo clima favorável ou, mais recentemente, pela descoberta de vastas reservas de recursos minerais. Tais fatores fizeram com que a África do Sul passasse a assumir uma posição de hegemonia regional no bloco institucional, ofuscando a figura do presidente do Zimbábue Robert Mugabe, que havia sido um dos principais responsáveis pela criação e crescimento da SADC e do SADCC. Além disso, as agressões cometidas pelo governo sul-africano em relação aos seus países vizinhos não poderiam ser simplesmente esquecidas, criando um sentimento de cautela entre os países da região (SAUNDERS; NAGAR, 2013).

Quando, em 1999, o presidente Mandela da África do Sul acabou por ser substituído por Thabo Mbeki, este último começou a tomar medidas para incluir a África do Sul não apenas em sua própria região e na SADC, como também no continente africano como um todo. O que se iniciou como uma intervenção para resolver divergências internas no Lesoto levou também ao esforço de incluir a República Democrática do Congo (RDC), envolvida em um complexo conflito interno, na SADC em

⁴ *African National Congress*, em inglês.

⁵ *Southern African Customs Union*, em inglês.

⁶ *South West Africa*, em inglês.

⁷ *Southern African Development Co-ordinating Conference*, em inglês.

1997. Quando, em 1998, o Zimbábue, Angola e Namíbia enviaram tropas para uma intervenção na República Democrática do Congo em nome da SADC, a África do Sul preferiu o fazer de maneira separada, evitando qualquer possibilidade de conflito com os países vizinhos e cumprindo seu papel de potência regional. Desde então, a África do Sul funciona também como intermediário de comunicações entre os países membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral e a República Democrática do Congo, desempenhando papel fundamental na resolução do conflito lá existente (NATHAN, 2012).

As ações da África do Sul em relação à SADC, entretanto, sempre foram controversas e incoerentes, devido ao país ter, com frequência, colocado seus próprios interesses à frente dos da organização. Em 1998, a África do Sul assinou um acordo de comércio e cooperação de maneira separada para com a União Europeia (UE), e, desde 2008, tem sido a responsável por aproximar os países da SADC às políticas adotadas pela Comunidade Leste-Africana (EAC)⁸ e pelo Mercado Comum da África Oriental e Austral⁹ (COMESA) (SOUTHALL, 2013). Tais medidas apontam que a África do Sul passa agora a deixar seu entorno regional em segundo plano, aspirando responsabilidades e lideranças globais como o representante do continente africano.

2. UM HISTÓRICO DAS RELAÇÕES ÁFRICA DO SUL-ZIMBÁBUE

As relações mantidas pela África do Sul e pelo Zimbábue nem sempre foram amistosas, apresentando uma mescla de diferenciações, animosidades e rivalidades.

Embora o Zimbábue tenha se tornado independente em 1980, o movimento emancipatório não colocou fim à estrutura social lá estabelecida, com a Casa de Lancaster promovendo, por cerca de uma década, um parlamento governo pela minoria branca que lá se estabelecia, garantias constitucionais, e um acordo firmado entre os Estados Unidos, Grã-Bretanha e o governo de Zimbábue para financiar uma reforma agrícola que satisfaria as ambições da oposição. Também foi reforçado durante este período um acordo firmado em 1964 com a África do Sul – também governada por uma minoria branca, que dava a este último uma posição de favorecimento no comércio (OBENG; MCGOWAN, 2001).

Politicamente, entretanto, o que se via era uma política de progressivamente substituir a importância e a dependência econômica do Zimbábue em relação à África do Sul, através, principalmente, da criação da SADCC. Além disso, o Zimbábue adotava posturas de liderança na região, como exemplificado pelo país ter sediado a Conferência dos Não-Alinhados em 1986 e a Conferência da *Commonwealth* em 1990 (BRODERICK; BURFORD; FREER, 2001).

O processo de transição para a democracia na África do Sul, marcado pela libertação de Nelson Mandela em 1990, trouxe instabilidade para a região. A decisão do presidente sul-africano Klerke de unilateralmente suspender o tratado que conferia posição de favorecimento no comércio entre os dois países em 1992 atingiu fortemente o Zimbábue, que já passava por crises político-estruturais. A indústria têxtil, que no Zimbábue tinha considerável vantagem sobre a África do Sul, foi a maior afetada, representando um aumento de 70% nos impostos e na perda de cerca de 13.000 empregos. Tal medida instigou o debate acerca da real efetividade da SADCC, assim como da SADC, que deveria conter as medidas tomadas pela África do Sul para desestabilizar seus vizinhos (ALDEN, 1993).

⁸ *East African Community*, em inglês.

⁹ *Common Market for Eastern and Southern Africa*, em inglês.

3. A CRISE NO ZIMBÁBUE E A “DIPLOMACIA SILENCIOSA”

A crise que se sucedeu no Zimbábue pode ser caracterizada por diversos ângulos. Primeiramente, havia uma crise de legitimidade, resultado do confronto entre as políticas liberalizantes adotadas e a presença do conservadorismo colonial. Em seguida, notava-se uma crise de expectativas, resultado do fraco rendimento econômico e da falha dos ajustes estruturais firmados para conter a erosão dos ganhos sociais e econômicos do período de independência, e, finalmente, uma crise de confiança nas instituições estatais, promovidas pelas ações das forças armadas e da intimidação do sistema judiciário pelo executivo (ALDEN, 2002).

Além dos problemas supracitados, havia também o problema da distribuição de terra herdado do modelo colonial, em que os 10 milhões de hectares das terras mais agricultáveis eram divididas entre 4.500 fazendeiros comerciais brancos, enquanto que cerca de 18 milhões de hectares restantes eram divididos por 850.000 fazendeiros negros. A distribuição de terra prometida pelo governo no pós-independência só chegou a ter sua primeira fase concluída, e favoreceu somente cerca de 71.000 famílias em 3.5 milhões de hectares de terra, enquanto que os pedidos de ajuda à comunidade internacional para implantação de um modelo mais abrangente simplesmente não foram atendidos (MACLEAN, 2002).

Determinante para o modelo que a África do Sul utilizaria no Zimbábue foram as críticas advindas da força de intervenção da SADC na República Democrática do Congo em agosto de 1998. Ao utilizar-se das forças armadas de diversos países para intervir no conflito da RDC, apenas recentemente indexada à SADC, esta última pareceu perder seu tom legalizados e institucionalizado aos olhos dos outros países africanos, o que representou uma grave ameaça aos interesses sul-africanos de servir como hegemonia regional. Além disso, a intervenção também dividiu a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral em dois polos – Zimbábue, Angola e Namíbia; e África do Sul, Botswana e Moçambique. A intervenção no Congo também promoveu efeitos negativos no Zimbábue, que se esforçava para arcar com seus custos. Irregularidades na contabilidade nacional foram adotadas para minimizar estes custos, o que fez com que o Fundo Monetário Internacional suspendesse empréstimos de US\$ 193 milhões e de US\$ 140 milhões. Ao mesmo tempo, a indisposição entre o Congo e o Zimbábue fez com que a União Europeia suspendesse até que revisado o seu programa de ajuda financeira a Harare¹⁰ (ALDEN, 2002).

Nestas circunstâncias, a palavra utilizada para a abordagem da África do Sul em relação à crise no Zimbábue era a de “diplomacia silenciosa”. Uma possível imposição de sanções a este último fora logo descartada. O alto montante de investimentos de capital sul-africano no Zimbábue, assim como o fato de que, mesmo em crise, o Zimbábue ainda representava o maior parceiro comercial da África do Sul, culminaria em um efeito bumerangue, e só prejudicaria as relações entre os dois países. Assim, a África do Sul passou a adotar que assegurassem o crédito no Zimbábue, em uma nova maneira de diplomacia que

“[...] procurou garantir que a economia zimbabuense continuasse a funcionar, por exemplo, através de extensões extraordinárias de crédito em setores-chave sobre os quais a África do Sul tinha controle, como sua influência. A África do Sul também se comprometeu a servir como intermediário entre as instituições de *Bretton Woods* e Harare, dando voz às preocupações do estado e dos negócios zimbabuenses” (ALDEN, 2002, p. 11).

O presidente da África do Sul também visitou o Zimbábue na esperança de que, ao em público apoiar o governo zimbabuense e em privado pressionar o presidente, fossem convocadas eleições livres que colocassem fim à crise. Entretanto, um mês após a visita, a crise atingiu um novo auge com a invasão de fazendas posses de famílias brancas, por alto-proclamados “veteranos de guerra” – que mais

¹⁰ Capital do Zimbábue.

tarde estariam envolvidos na criação do “Movimento dos Veteranos de Guerra”¹¹. Com o aumento da violência, os líderes da África do Sul e de Moçambique convocaram uma conferência na qual proclamaram solidariedade ao presidente do Zimbábue, enquanto que privadamente o expuseram às suas preocupações (KIBBLE, 2004).

No cenário internacional e com o aumento das ocupações de terra e das hostilidades entre os chamados Veteranos de Guerra e fazendeiros, a postura da África do Sul passou a ser criticada, à medida em que ganhava a faceta de inatividade. No âmbito doméstico, o líder da Aliança Democrática da África do Sul, Tony Leon, passou a ser um árduo crítico da abordagem do governo em suas relações com o Zimbábue. Em últimas tentativas de aplicação da diplomacia silenciosa, a África do Sul passou a advogar em favor do governo zimbabuense em órgãos como a própria SADC, o fórum da então Organização da União Africana (mais tarde renomeada para União Africana), a Organização das Nações Unidas e a *Commonwealth of Nations*. A empreitada culminou em bons resultados, exemplificados pela iniciativa de apoio do Fundo Monetário Internacional de ceder um pacote financeiro que abarcasse parte dos custos de reforma agrária, assim como a promessa da Grã-Bretanha de liberar cerca de US\$ 57 milhões para auxiliar no processo. Tais fundos, entretanto, foram cortados quando o governo do Zimbábue se recusou a implementar medidas na área de transparência (BHEBE; RANGER, 2001).

Enquanto que tais medidas na prática significaram o fim da prática de diplomacia silenciosa, a comunidade internacional agora se preparava para tomar ações contra o governo do Zimbábue. Em 2002, a União Europeia aprovou uma série de sanções contra o regime de Mugabe e 19 membros da liderança da União Nacional Africana do Zimbábue¹² (ZANU), o ato, condenado pelo governo sul-africano, foi replicado pelos Estados Unidos, que também decidiu pela aplicação de “sanções inteligentes” no Zimbábue. Em março de 2002 em um encontro em Londres, o presidente da África do Sul recomendou, em conjunto a outros líderes regionais, que o Zimbábue fosse suspenso da *Commonwealth* pelo período de um ano (ALDEN, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa maneira, pode-se dizer que as relações da África do Sul em relação no que confere ao Zimbábue sofreram ciclos de aproximação e distanciamento. Sob a teoria da estabilidade hegemônica, a África do Sul procura exercer poder sobre a África Austral, de modo a garantir um crescimento conjunto que a coloque como destaque positivo e principal expoente do continente africano. Entretanto, o crescimento da Nigéria representa uma ameaça aos interesses sul-africanos de constituir uma hegemonia no continente.

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral foi um instrumento utilizado pela África do Sul no início de sua busca pelo status de potência regional, mas que sofreu críticas durante a intervenção na República Democrática do Congo e, desta maneira, perdeu parte de sua credibilidade institucional nas últimas décadas do século XX. Além disso, a África do Sul por vezes age em seu benefício próprio, não considerando os interesses da comunidade e de sua região, buscando acordos bilaterais com importantes órgãos mundiais – como a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional.

A crise no Zimbábue, embora tenha começado com problemas pontuais, veio a apresentar entraves sistêmicos quando os proclamados “veteranos de guerra”, advindos dos conflitos de independência entre o Zimbábue e a Rodésia, passaram a invadir e ocupar fazendas. O governo da África do Sul procurou utilizar como abordagem a chamada “Diplomacia Silenciosa”, na qual condenava e impedia a imposição de

¹¹ *War Veterans Movement*, em inglês.

¹² Zimbábue African National Union, em inglês. Organização de militantes que lutaram durante a guerra de independência do Zimbábue.

sanções contra o Zimbábue e advogava pelo seu governo em público, preferindo criticá-lo em reuniões particulares. A prática, entretanto, não funcionou pela recusa do governo zimbabuense em adotar as mudanças institucionais necessárias para obter créditos de organizações internacionais, e estas passaram a impor sanções contra o país.

REFERÊNCIAS

ALDEN, Chris, & SCHOEMAN, Maxi. South Africa's symbolic hegemony in Africa. *International Politics*, 52(2), p. 239–254, 2015.

ALDEN, Chris. From Liberation Movement to Political Party: ANC Foreign Policy in Transition. *South African Journal of International Affairs*, vol.1, pp. 62:81, 1993.

ALDEN, Chris. South Africa's «Quiet Diplomacy» and the crisis in Zimbabwe. *Cadernos de Estudos Africanos*, [s.l.], n. 2, p.187-211, 1 jun. 2002.

BHEBE, N; RANGER, T. *The Historical Dimensions of Democracy and Human Rights*. Zimbabwe: Pre-colonial and colonial legacies, Harare, University of Zimbabwe, 2001.

BRANCO, Luís Castelo. A África do Sul e a resolução de conflitos em África. *Cadernos de Estudos Africanos*, [s.l.], v. 0, n. 2, p.213-222, 1 jun. 2002.

BRODERICK, Jim; BURFORD Gary; FREER Gordon. *South Africa Foreign Policy*. Dilemmas of a New Democracy, Palgrave Publishers, New York, 243 pp, 2001.

KHADIAGALA, Gilbert. *Allies in Adversity and Frontline States in Southern African Security, 1975–1993*. Athens: Ohio University Press. 1994.

KIBBLE, Steve. Zimbabwe: The Government wants the people to give up hoping, 'Briefings'. *Review of African Political Economy*, 31:100, pp.343 – 378, 2004.

KINDLEBERGER, C. P. *The World in depression 1929-1939*. London: University of California Press. 1973.

MACLEAN, Sandra J. Mugabe at War: the political economy of conflict in Zimbabwe. *Third World Quarterly*, 23 (3), pp. 513-528, 2002.

OBENG, Fred Anwireng; MCGOWAN, Patrick J. *Partner or Hegemon? South Africa in Africa*, in: ____, *South Africa Foreign Policy. Dilemmas of a New Democracy*. New York, pp. 55-82, 2001.

OGUNNUBI, Olusola; AKINOLA, Adeoye. South Africa and the Question of Hegemony in Africa. *Journal of Developing Societies*, London, v. 33, n. 4, p.1-20, abr. 2017.

OGUNNUBI, Rasheed Olusola. *Hegemonic Order and Regional Stability in Sub-Saharan Africa: A Comparative Study of Nigeria and South Africa*. 2013. 428 f. Tese (Doutorado) - Curso de Philosophy (political Science), College Of Humanities, University Of Kwazulu-natal, Pietermaritzburg, 2013.

ØSTERUD, Øyvind. Regional great powers. In I.B. Neumann (Ed.), *Regional great powers in international politics*, (p. 1-16). *Basingstoke*: St. Martin's Press. 1992.

PRYS, Mariam. The variability of regional powers. *Trabalho apresentado na SGIR 7th Pan-European Conference on IR*, Stockholm, 9–11 set. 2010, GIGA German Institute of Global and Area Studies, Hamburg.

SAUNDERS, Chris; NAGAR, Dawn. South Africa and the Southern African Development Community. *Journal Für Entwicklungspolitik*, Berlim, v. 29, n. 4, p.30-45, abr. 2013.

SCHOEMAN, Maxi. *The Limits of Regionalization in Southern Africa*. In: POKU, Nana (ed.) *Security and Development in Southern Africa*. Westport, Ct: Praeger, 2001.

SOUTHALL, Roger. *Liberation Movements in Power*. Pietermaritzburg: University of KwaZulu-Natal Press. 2013.

- TAYLOR, Ian. Rethinking the study of international relations in South Africa. *Politikon*, 27(2), p. 207–220, 2000.
- YILMAZ, Sait. State, power, and hegemony. *International Journal of Business and Social Science*, 1(3), p. 192–205, 2010.